

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Decreto do Presidente da República n.º 42/97

de 20 de Junho

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 138.º, alínea b), da Constituição, o seguinte:

É ratificado o Acordo entre a República Portuguesa e a República da Croácia sobre a Promoção e a Protecção Recíproca de Investimentos e respectivo Protocolo, assinados em Lisboa em 10 de Maio de 1995, aprovados, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 42/97, em 20 de Março de 1997.

Assinado em 22 de Maio de 1997.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 30 de Maio de 1997.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Resolução da Assembleia da República n.º 42/97

Aprova, para ratificação, o Acordo entre a República Portuguesa e a República da Croácia sobre a Promoção e a Protecção Recíproca de Investimentos e o respectivo Protocolo, assinados em Lisboa em 10 de Maio de 1995.

A Assembleia da República resolve, nos termos dos artigos 164.º, alínea j), e 169.º, n.º 5, da Constituição, aprovar, para ratificação, o Acordo entre a República Portuguesa e a República da Croácia sobre a Promoção e a Protecção Recíproca de Investimentos e respectivo Protocolo, assinados em Lisboa em 10 de Maio de 1995, cujas versões autênticas nas línguas portuguesa, croata e inglesa seguem em anexo.

Aprovada em 20 de Março de 1997.

O Presidente da Assembleia da República, *António de Almeida Santos*.

ACORDO ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E A REPÚBLICA DA CROÁCIA SOBRE A PROMOÇÃO E A PROTECÇÃO RECÍPROCA DE INVESTIMENTOS.

A República Portuguesa e a República da Croácia, adiante designadas como Partes Contratantes:

Desejando intensificar a cooperação económica para benefício mútuo dos dois Estados;

Tendo em vista a criação e a manutenção de condições favoráveis para a realização de investimentos pelos investidores de uma Parte Contratante no território da outra Parte Contratante;

Reconhecendo a necessidade de promoção e protecção de investimentos como forma de alcançar a prosperidade económica de ambas as Partes Contratantes;

acordam o seguinte:

Artigo 1.º

Definições

Para efeitos do presente Acordo:

1 — O termo «investimento» compreenderá toda a espécie de bens investidos por investidores de uma das Partes Contratantes no território da outra Parte Contratante, de acordo com as leis e regulamentos desta última, incluindo em particular, mas não exclusivamente:

- a) Propriedade de móveis e imóveis, bem como outros direitos reais, tais como hipotecas, penhores, cauções e direitos similares;
- b) Acções, quotas, obrigações ou outros interesses no capital de sociedades e ou interesses económicos resultantes da respectiva actividade;
- c) Direitos de crédito ou quaisquer outras prestações com valor económico;
- d) Direitos de propriedade intelectual, tais como direitos de autor, patentes, desenhos ou modelos industriais, marcas, denominações comerciais, segredos comerciais e industriais, processos técnicos, *know-how*, e clientela;
- e) Concessões conferidas por lei, contrato ou acto administrativo de uma autoridade pública competente, incluindo concessões para prospecção, pesquisa e exploração de recursos naturais.

Qualquer alteração na forma de realização dos investimentos não afectará a sua qualificação como investimentos, desde que essa alteração seja feita de acordo com as competentes leis e regulamentos da Parte Contratante no território da qual os investimentos tenham sido realizados.

2 — O termo «investidor» designa:

- a) Pessoas singulares, com a nacionalidade de qualquer das Partes Contratantes, de acordo com a respectiva lei; e
- b) Pessoas colectivas, incluindo empresas, sociedades comerciais ou outras sociedades ou associações, que tenham sede no território de uma das Partes Contratantes, estejam constituídas e funcionem de acordo com a lei dessa Parte Contratante.

3 — O termo «rendimentos» designará as quantias geradas por investimentos num determinado período, incluindo em particular, mas não exclusivamente, lucros, dividendos, juros, *royalties* ou outros rendimentos relacionados com os investimentos, incluindo pagamentos por conta de assistência técnica ou de gestão.

No caso de os rendimentos de investimentos na definição que acima lhes é dada virem a ser reinvestidos, os rendimentos resultantes desse reinvestimento serão havidos também como rendimentos do investimento inicial.

4 — O termo «território» compreenderá o território de cada uma das Partes Contratantes, assim como as

áreas marítimas, incluindo o leito do mar e o subsolo adjacente ao limite do mar territorial do território sobre o qual a Parte Contratante em questão exerça, de acordo com o direito internacional, soberania, direitos soberanos ou jurisdição.

Artigo 2.º

Promoção e protecção dos investimentos

1 — Ambas as Partes Contratantes promoverão e encorajarão, na medida do possível, a realização de investimentos de investidores da outra Parte Contratante no seu território, admitindo tais investimentos de acordo com as suas leis e regulamentos, concedendo-lhes, em qualquer caso, tratamento justo e equitativo.

2 — Os investimentos realizados por investidores de qualquer das Partes Contratantes gozarão de plena protecção e segurança no território da outra Parte Contratante.

3 — Sempre que uma Parte Contratante tiver admitido um investimento no seu território, deverá, de acordo com as respectivas leis e regulamentos, conceder as necessárias autorizações, relacionadas com o investimento e com o cumprimento de contratos de licenciamento e de assistência técnica, comercial ou de gestão. As Partes Contratantes deverão, sempre que necessário, emitir as competentes autorizações, relacionadas com as actividades de consultores e outro pessoal qualificado, com a nacionalidade de terceiros Estados.

4 — Nenhuma Parte Contratante sujeitará a gestão, manutenção, uso, fruição ou disposição dos investimentos realizados no seu território por investidores da outra Parte Contratante a medidas injustificadas, arbitrárias ou de carácter discriminatório.

Artigo 3.º

Tratamento nacional e da nação mais favorecida

1 — Os investimentos realizados por investidores de uma Parte Contratante no território da outra Parte Contratante, bem como os respectivos rendimentos, serão objecto de tratamento justo e equitativo e não menos favorável do que o concedido pela última Parte Contratante aos investimentos e rendimentos dos seus próprios investidores ou a investidores de qualquer terceiro Estado.

2 — Os investidores de uma Parte Contratante receberão da outra Parte Contratante, no que respeita à gestão, manutenção, uso, fruição ou disposição dos investimentos realizados no seu território, um tratamento justo e equitativo e não menos favorável do que o concedido pela última Parte Contratante aos seus próprios investidores ou a investidores de qualquer terceiro Estado.

3 — As disposições deste artigo não implicam a concessão de qualquer tratamento, preferência ou privilégio por uma das Partes Contratantes a investidores da outra Parte Contratante que possa ser outorgado em virtude de:

- a) Participação em zonas de comércio livre, uniões aduaneiras, mercados comuns existentes ou a criar, e em outros acordos internacionais semelhantes, incluindo outras formas de cooperação económica regional, aos quais uma das Partes Contratantes tenha aderido ou venha a aderir; e
- b) Acordos internacionais de natureza total ou parcialmente fiscal.

Artigo 4.º

Expropriação

1 — Os investimentos efectuados por investidores de qualquer das Partes Contratantes no território da outra Parte Contratante não poderão ser expropriados, nacionalizados ou sujeitos a outras medidas com efeitos equivalentes à expropriação ou nacionalização (adiante designadas como expropriação), excepto se forem tomadas por razões de interesse público, numa base não discriminatória, nos termos dos procedimentos legais aplicáveis e mediante indemnização pronta, efectiva e adequada.

2 — A indemnização deverá corresponder ao valor de mercado que os investimentos expropriados tinham à data imediatamente anterior ao momento em que a expropriação tenha sido do conhecimento público. A indemnização deverá ser estabelecida em moeda convertível e livremente transferível, paga sem demora, num período máximo de três meses, contados da data da submissão do competente requerimento, e vencerá juros à taxa comercial usual, desde a data da expropriação até à data da sua liquidação, e deverá ser realizada de modo apropriado.

3 — O investidor a quem os investimentos tenham sido expropriados terá o direito, de acordo com a lei da Parte Contratante no território da qual os bens tenham sido expropriados, à revisão do seu caso, em processo judicial ou outro competente para o efeito, e à avaliação dos seus investimentos de acordo com os princípios definidos neste artigo.

Artigo 5.º

Compensação por perdas

Os investidores de uma Parte Contratante cujos investimentos venham a sofrer perdas no território da outra Parte Contratante em virtude de guerra ou conflitos armados, estado de emergência nacional e outros eventos considerados equivalentes pelo direito internacional não receberão dessa Parte Contratante tratamento menos favorável do que o concedido aos seus próprios investidores ou a investidores de qualquer terceiro Estado, consoante o que for mais favorável, no que diz respeito à restituição, indemnização, compensação ou outros factores pertinentes. Quaisquer pagamentos realizados ao abrigo do presente artigo deverão ser transferíveis livremente e sem demora, em moeda convertível.

Artigo 6.º

Transferências

1 — Cada Parte Contratante, em conformidade com a sua lei, garantirá aos investidores da outra Parte Contratante a livre transferência das importâncias relacionadas com os investimentos, em particular mas não exclusivamente:

- a) Do capital e das importâncias adicionais necessárias à manutenção ou ampliação dos investimentos;
- b) Dos rendimentos definidos no n.º 2 do artigo 1.º deste Acordo;
- c) Das importâncias necessárias para o serviço, reembolso e amortização de empréstimos reconhecidos por ambas as Partes Contratantes como investimentos;

- d) Do produto resultante da alienação ou da liquidação total ou parcial dos investimentos;
- e) Das indemnizações ou outros pagamentos previstos nos artigos 4.º e 5.º deste Acordo;
- f) De quaisquer pagamentos preliminares que possam ter sido efectuados em nome do investidor de acordo com o artigo 7.º do presente Acordo; ou
- g) Dos rendimentos de nacionais de uma das Partes Contratantes autorizados a trabalhar em conexão com um investimento realizado no território da outra Parte Contratante.

2 — As transferências referidas neste artigo serão efectuadas sem restrições ou demora, em moeda convertível, à taxa de câmbio prevalente, aplicável na data da transferência.

Artigo 7.º

Sub-rogação

No caso de uma das Partes Contratantes, ou a agência por ela designada, efectuar pagamentos a um dos seus investidores em virtude de uma garantia prestada a um investimento realizado no território da outra Parte Contratante, ficará por esse facto sub-rogada nos direitos e acções desse investidor, assim como nas respectivas obrigações, podendo exercê-los nos mesmos termos e condições que o titular originário.

Artigo 8.º

Resolução de diferendos entre as Partes Contratantes

1 — Os diferendos que surjam entre as Partes Contratantes sobre a interpretação ou aplicação do presente Acordo serão, na medida do possível, resolvidos através de negociações por via diplomática.

2 — Se as Partes Contratantes não chegarem a acordo no prazo de seis meses após o início das negociações, o diferendo será submetido a um tribunal arbitral, a pedido de qualquer das Partes Contratantes, de acordo com o disposto neste artigo.

3 — O tribunal arbitral será constituído *ad hoc*, do seguinte modo: cada Parte Contratante designará um membro e ambos os membros proporão um nacional de um terceiro Estado como presidente, que será nomeado pelas duas Partes Contratantes. Os membros serão nomeados no prazo de dois meses e o presidente no prazo de três meses a contar da data em que uma Parte Contratante tenha comunicado à outra Parte Contratante que deseja submeter o diferendo a um tribunal arbitral.

4 — Se os prazos fixados no n.º 3 deste artigo não forem observados, cada uma das Partes Contratantes poderá, na falta de qualquer outro acordo, solicitar ao Presidente do Tribunal Internacional de Justiça que proceda às necessárias nomeações. Se o Presidente estiver impedido ou for nacional de uma das Partes Contratantes, as nomeações caberão ao Vice-Presidente.

Se este também estiver impedido ou for nacional de uma das Partes Contratantes, as nomeações caberão ao membro do Tribunal que se siga na hierarquia, desde que não seja nacional de qualquer das Partes Contratantes.

5 — O presidente do tribunal arbitral deverá ser nacional de um terceiro Estado com o qual ambas as Partes Contratantes mantenham relações diplomáticas.

6 — O tribunal arbitral decidirá por maioria de votos. As suas decisões serão definitivas e obrigatórias para

ambas as Partes Contratantes. A cada uma das Partes Contratantes caberão as despesas do respectivo árbitro, bem como da respectiva representação no processo perante o tribunal arbitral. Ambas as Partes Contratantes suportarão em partes iguais as despesas do presidente, bem como as demais despesas. O tribunal arbitral poderá adoptar um regulamento diferente quanto às despesas. O tribunal arbitral definirá a suas próprias regras processuais.

Artigo 9.º

Resolução de diferendos entre uma Parte Contratante e um investidor da outra Parte Contratante

1 — Os diferendos que surjam entre uma das Partes Contratantes e um investidor da outra Parte Contratante relacionados com um investimento do último no território da primeira serão resolvidos de forma amigável, através de negociações.

2 — Se esses diferendos não puderem ser resolvidos no prazo de seis meses contados da data em que uma das partes litigantes o tiver suscitado, o investidor poderá, a seu pedido, submeter o diferendo:

- a) Ao tribunal competente da Parte Contratante em cujo território foi realizado o investimento em causa; ou
- b) Ao Centro Internacional para a Resolução de Diferendos Relativos a Investimentos (CIRDI), através de conciliação ou arbitragem, nos termos da Convenção para a Resolução de Diferendos entre Estados e Nacionais de Outros Estados, celebrada em Washington D. C., em 18 de Março de 1965.

3 — Nenhuma das Partes Contratantes poderá recorrer às vias diplomáticas para resolver qualquer questão submetida a arbitragem, salvo se o processo já estiver concluído e a Parte Contratante não tenha acatado nem cumprido a decisão do tribunal competente da Parte Contratante em cujo território foi realizado o investimento ou do Centro Internacional para a Resolução de Diferendos Relativos a Investimentos.

4 — A sentença será obrigatória para ambas as partes e não será objecto de qualquer tipo de recurso para além dos previstos na referida Convenção. A sentença será vinculativa de acordo com a lei interna da Parte Contratante no território da qual se situe o investimento em causa.

Artigo 10.º

Aplicação de outras regras

Se, para além do presente Acordo, as disposições da lei interna de uma das Partes Contratantes ou as obrigações emergentes do direito internacional em vigor ou que venha a vigorar entre as duas Partes Contratantes estabelecerem um regime, geral ou especial, que confira aos investimentos efectuados por investidores da outra Parte Contratante um tratamento mais favorável que o previsto no presente Acordo, prevalecerá sobre este o regime mais favorável.

Artigo 11.º

Aplicação do Acordo

O presente Acordo aplicar-se-á aos investimentos realizados antes ou após a sua entrada em vigor, por investidores de uma das Partes Contratantes no território

da outra Parte Contratante, em conformidade com as respectivas leis e regulamentos, mas não se aplica aos diferendos surgidos antes da sua entrada em vigor.

Artigo 12.º

Consultas

Os representantes das Partes Contratantes deverão, sempre que necessário, realizar reuniões sobre qualquer matéria relacionada com a aplicação deste Acordo. Estas reuniões serão realizadas sob proposta de uma das Partes Contratantes, em lugar e data a acordar por via diplomática.

Artigo 13.º

Entrada em vigor e duração

1 — Este Acordo entrará em vigor 30 dias após a data em que ambas as Partes Contratantes tiverem notificado uma à outra do cumprimento dos respectivos procedimentos constitucionais e legais internos.

2 — Este Acordo permanecerá em vigor por um período de 10 anos e será automaticamente prorrogado por períodos sucessivos de 5 anos, excepto se denunciado por escrito por uma das Partes Contratantes 12 meses antes da data do termo da sua vigência.

3 — As disposições dos artigos 1.º a 12.º permanecerão em vigor por um período de 10 anos a contar da data da denúncia do presente Acordo, relativamente aos investimentos realizados antes daquela denúncia.

Em fé do que os representantes abaixo assinados, devidamente autorizados para o efeito, assinaram o presente Acordo.

Feito no dia 10 do mês de Maio do ano de 1995, em dois originais, português, croata e inglês, todos os textos fazendo igualmente fé. Em caso de divergência de interpretação, prevalece o texto em inglês.

Pela República Portuguesa:



Pela República da Croácia:



PROTOCOLO

Por ocasião da assinatura do Acordo sobre Promoção e Protecção Recíproca de Investimentos entre a República Portuguesa e a República da Croácia, os abaixo assinados, devidamente autorizados para o efeito, acordaram ainda nas seguintes disposições interpretativas, que constituem parte integrante do referido Acordo:

1 — Com referência ao artigo 2.º do presente Acordo:

Aplicar-se-á o disposto no artigo 2.º do presente Acordo aos investidores de uma das Partes Contratantes que já estejam estabelecidos no território da outra Parte Contratante e pretendam ampliar as suas actividades ou estabelecer-se noutros sectores.

Tais investimentos serão considerados como novos e como tal deverão ser realizados de acordo com as regras que regulam a admissão dos investimentos, nos termos do artigo 2.º do presente Acordo.

2 — Com respeito ao artigo 3.º do presente Acordo:


As Partes Contratantes consideram que as disposições do artigo 3.º do presente Acordo não prejudicam o direito de cada uma das Partes Contratantes de aplicar as disposições pertinentes do seu direito fiscal que estabeleçam uma distinção entre contribuintes que não se encontrem em idêntica situação no que se refere ao seu lugar de residência ou ao lugar em que o seu capital é investido.

Feito em Lisboa no dia 10 do mês de Maio do ano de 1995, em dois originais, português, croata e inglês, todos os textos fazendo igualmente fé. Em caso de divergência de interpretação, prevalece o texto em inglês.

Pela República Portuguesa:



Pela República da Croácia:



UGOVOR IZMEĐU PORUTGALSKE REPUBLIKE I REPUBLIKE HRVATSKE O POTICANJU I UZAJAMNOJ ZAŠTITI ULAGANJA

Portugalska Republika i Republika Hrvatska, u daljnjem tekstu «ugovorne stranke»:

Želeći ojačati gospodarsku suradnju na uzajamnu dobrobit obiju zemalja;

Namjeravajući stvoriti i održati povoljne uvjete za ulaganja ulagatelja jedne ugovorne stranke na ozemlju druge ugovorne stranke;

Uvidajući potrebu poticanja i zaštite stranih ulaganja u cilju ostvarenja gospodarskog napretka obiju ugovornih stranaka,

ugovorile su kako slijedi:

Članak 1.

Definicije

Za potrebe ovog ugovora,

1 — Izraz «ulaganje» odnosi se na svaku imovinu koju ulagatelji jedne ugovorne stranke ulože na ozemlju druge ugovorne stranke u skladu sa zakonima i propisima ove posljednje, uključujući uz ostalo:

- Pokretnine i nekretnine kao i sva druga prava in rem, kao što su hipoteke, prava služnosti, založna i slična prava;
- Dionice, vrijednosnice, zadužnice ili druge oblike udjela u poduzećima i/ili gospodarske koristi od pojedinih djelatnosti;
- Potraživanja koja glase na novac ili druge činidbe koje imaju gospodarsku vrijednost;

- d) Prava intelektualnog vlasništva, kao što su autorska prava, patenti, korisnički modeli, industrijski dizajn ili modeli, zaštitni znakovi, zaštitni nazivi, proizvodne i poslovne tajne, tehnološki postupci, znanje i iskustvo te ugled;
- e) Koncesije na temelju zakona, ugovora ili upravne odredbe nadležnog državnog tijela, uključujući koncesije za istraživanje i iskorištavanje prirodnih bogatstava.

2 — Izraz «prinosi» odnosi se na prihod koji potječe od ulaganja u određenom razdoblju, a uz ostalo uključuje profit, dividende, kamate, tantijeme ili druge oblike prihoda od ulaganja uključujući i honorare za tehničku pomoć.

U slučajevima kad se prinosi od ulaganja, kako su gore definirani reinvestiraju, prihod od ponovnih ulaganja također će se smatrati prihodom od prvih ulaganja.

3 — Izraz «ulagatelj» odnosi se na:

- a) Fizičke osobe koje su državljani jedne ili druge ugovorne stranke, u skladu s njezinim zakonima; te
- b) Pravne osobe, uključujući korporacije, trgovačka društva ili druga proizuđača ili udruženja, kojima je sjedište na ozemlju jedne od ugovornih stranka i koja su udružena ili osnovana u skladu sa zakonima te ugovorne stranke.

4 — Izraz «ozemlje» odnosi se na ozemlje jedne i druge ugovorne stranke, kao i na onaj morski pojas uključujući i podmorje, koji se nastavlja na vanjske granice teritorijalnog mora uz gornje ozemlje, i nad kojim dotična ugovorna stranka iskazuje, u skladu s međunarodnim pravom, svoj suverenitet, suverena prava ili pravnu nadležnost.

Članak 2.

Poticanje i zaštita ulaganja

1 — Svaka ugovorna stranka poticati će i potpomagati, prema svojim mogućnostima, ulaganja ulagatelja druge ugovorne stranke na svom ozemlju te će dopuštati takva ulaganja na svom ozemlju u skladu sa svojim zakonima i propisima. U svakom slučaju, s takvim će se ulaganjima postupati pravično i nepristrano.

2 — Ulaganja ulagatelja jedne ugovorne stranke uživati će potpunu zaštitu i sigurnost na ozemlju druge ugovorne stranke.

3 — Kada ugovorna stranka dopusti ulaganja na svom ozemlju, dužna je u skladu sa svojim zakonima i propisima izdati potrebna odobrenja u svezi s takvim ulaganjem i izvršenjem licencnih sporazuma i ugovora o tehničkoj, trgovačkoj ili administrativnoj suradnji. Svaka će ugovorna stranka, prema potrebi, nastojati izdati potrebna odobrenja vezana za djelatnosti savjetnika i drugog stručnog osoblja koji su državljani trećih država.

4 — Nijedna ugovorna stranka neće ni na koji način ometati nerazumnim, proizvoljnim ili diskriminacijskim mjerama upravljanje, korištenje ili raspolaganje ulaganjima ulagatelja druge ugovorne stranke na svom ozemlju.

Članak 3.

Nacionalni postupak i postupak najvećeg povlašćenja

1 — Prema ulaganjima ulagatelja jedne ugovorne stranke na ozemlju druge ugovorne stranke, kao i pripadnim prinosima, postupat će se pravično i nepristrano i ne manje povoljno nego što ta druga ugovorna stranka postupa s ulaganjima i prinosima svojih vlastitih ulagatelja ili ulagatelja neke treće države.

2 — Ulagatelji jedne ugovorne stranke imaju pravo na postupak od strane druge ugovorne stranke glede upravljanja, održavanja, korištenja, uživanja ili raspolaganja svojim ulaganjima, koji je pravičan, nepristran i ne manje povoljan od postupka koji ta druga ugovorna stranka primjenjuje prema vlastitim ulagateljima ili ulagateljima neke treće države.

3 — Odredbe ovog članka neće se tumačiti kao obveza jedne ugovorne stranke da pruži ulagateljima druge ugovorne stranke pogodnost bilo kojeg postupka, prednosti ili privilegija, koje bi prva ugovorna stranka mogla pružiti temeljem:

- a) Bilo kojeg postojećeg ili budućeg sporazuma o zoni slobodne trgovine, carinskoj uniji, zajedničkom tržištu ili nekog sličnog međunarodnog sporazuma, uključujući druge oblike regionalne gospodarske suradnje, kojem je jedna ili druga ugovorna stranka pristupila ili će možda pristupiti; te
- b) Bilo kojeg međunarodnog sporazuma koji se odnosi u cijelosti ili djelomično na oporezivanje.

Članak 4.

Izvlašćenje

1 — Prema ulaganjima ulagatelja jedne ugovorne stranke na ozemlju druge ugovorne stranke ne smiju se primjeniti mjere izvlašćenja, nacionalizacije ili druge mjere kojima je učinak jednak izvlašćenju ili nacionalizaciji (u daljnjem tekstu izvlašćenje) osim u slučaju da su te mjere poduzete u javnom interesu, na pravičnoj osnovi, prema zakonskom postupku, te ako je predviđena odgovarajuća efektivna i promptna naknada.

2 — Ta naknada mora odgovarati tržišnoj vrijednosti oduzetih ulaganja neposredno prije nego što se u javnosti saznalo za izvlašćenje. Iznos naknade odredit će se u slobodno prenosivoj konvertibilnoj valuti i mora se isplatiti bez odlaganja, a najkasnije u roku od tri mjeseca, računajući od dana podnošenja odgovarajućeg zahtjeva, te mora sadržavati i uobičajene komercijalne kamate od datuma izvlašćenja do datuma isplate i biti izvršena na odgovarajući način.

3 — Ulagatelj kome su oduzeta ulaganja imati će pravo po zakonu ugovorne stranke koja vrši izvlašćenje na promptnu reviziju svog slučaja i procjene svojih ulaganja od strane sudbenog ili drugog nadležnog tijela iste ugovorne stranke, u skladu s načelima navedenim u ovom članku.

Članak 5.

Naknada za gubitke

Prema ulagateljima jedne ugovorne stranke čija ulaganja pretrpe gubitke na ozemlju druge ugovorne stranke zbog rata, oružanog sukoba, izvanrednog stanja ili drugih događaja koje međunarodno pravo jednako tretira, ta druga ugovorna stranka mora primijeniti

postupak, kad se radi o povratu imovine, odštete, naknade ili drugog vrijednosnog namirenja, koji neće biti manje povoljan od postupka što ga primjenjuje prema svojim ulagateljima ili ulagateljima neke treće države, veće prema tome što je povoljnije. Svako plaćanje po ovom članku mora se izvršiti bez odlaganja u slobodno prenosivoj konvertibilnoj valuti.

Članak 6.

Prijenosi

1 — U skladu sa svojim zakonodavstvom, svaka ugovorna stranka mora jamčiti ulagateljima druge ugovorne stranke slobodan prijenos iznosa koji se odnose na njihova ulaganja, uključujući uz ostalo:

- a) Kapital i dodatne iznose potrebne za održavanje ili povećanje ulaganja;
- b) Prinose definirane u stavku 2, članak 1. ovog ugovora;
- c) Sredstva za servisiranje, otplatu i amortizaciju zajmova, koja obje ugovorne stranke priznaju za ulaganja;
- d) Prihode od cjelokupne odnosno djelomične prodaje ili likvidacije ulaganja;
- e) Naknade ili druga plaćanja spomenuta u člancima 4. i 5. ovog ugovora;
- f) Eventualne avanse isplaćene u ime ulagatelja u skladu s člankom 7. ovog ugovora; ili
- g) Zarade državljana jedne ugovorne stranke kojima je dozvoljeno da u svezi s ulaganjima rade na ozemlju druge ugovorne stranke.

2 — Prijenosi iz ovog članka moraju se provesti bez ograničenja ili odlaganja, po prevladavajućem tečaju koji vrijedi na dan prijensa u konvertibilnoj valuti (u skladu s postupkom utvrđenim od strane ugovorne stranke na čijem je ozemlju izvršeno ulaganje).

Članak 7.

Subrogacija

Ako jedna ugovorna stranka ili njoj određena agencija izvrši plaćanje jednom od svojih ulagatelja temeljem jamstva za ulaganje na ozemlju druge ugovorne stranke, na prvu ugovornu stranku prelaze sva prava i udjeli tog ulagatelja isto kao i sve obveze, a može ih ostvariti pod istim uvjetima kao i prvobitni imatelj prava.

Članak 8.

Rješavanje sporova između ugovornih stranaka

1 — Sporovi između ugovornih stranaka koji se tiču tumačenja i primjene ovog ugovora moraju se, u granicama mogućnosti, rješavati pregovorima diplomatskim putem.

2 — Ukoliko ugovorne stranke ne postignu takvo rješenje u roku od šest (6) mjeseci od početka pregovora, spor će se, na zahtjev jedne od ugovornih stranaka, podnijeti na rješavanje arbitražnom sudu, u skladu s odredbama ovog članka.

3 — Arbitražni sud konstituira se ad hoc na slijedeći način: svaka ugovorna stranka imenuje jednog člana, a ta dva člana predlažu državljana treće države za predsjedavajućeg kojeg zatim moraju imenovati obje ugovorne stranke. Članovi moraju biti imenovani u roku

od dva (2) mjeseca, a predsjedavajući u roku od tri (3) mjeseca od datuma kad je jedna ugovorna stranka obavijestila drugu da želi podnijeti spor na rješavanje arbitražnom sudu.

4 — Ako krajnji rokovi navedeni u stavku 3. ovog članka nisu poštovani, svaka ugovorna stranka može, u nedostatku drugog dogovora, pozvati predsjednika Međunarodnog suda pravde da izvrši potrebna imenovanja. Ako je predsjednik spriječen da to učini, ili ako je državljanin jedne od ugovornih stranaka, pozvat će se potpredsjednik da izvrši potrebna imenovanja.

Ako je potpredsjednik također državljanin jedne od ugovornih stranaka ili je spriječen u obavljanju imenovanja iz bilo kojeg drugog razloga, imenovanje će izvršiti član Suda koji je slijedeći po starješinstvu, a nije državljanin ni jedne od ugovornih stranaka.

5 — Predsjedavajući arbitražnog suda mora biti državljanin treće zemlje s rojom obje ugovorne stranke imaju diplomatske donose.

6 — Arbitražni sud odlučuje većinom glasova. Odluke suda su konačne i obvezne za obje ugovorne stranke. Svaka ugovorna stranka snosit će troškove za svog člana i svoje predstavnike tijekom arbitražnog postupka. Objе ugovorne stranke snosit će u jednakom omjeru troškove predsjedavajućeg kao i sve druge izdatke. Sud može donijeti i drukčiju odluku glede troškova. Po svim ostalim pitanjima sud će utvrditi svoja pravila i postupak.

Članak 9.

Rješavanje sporova između jedne ugovorne stranke i ulagatelja druge ugovorne stranke

1 — Svaki spor do kojeg može doći između jedne ugovorne stranke i ulagatelja druge ugovorne stranke u svezi s ulaganjem tog ulagatelja na ozemlju prve ugovorne stranke rješavat će se prijateljski pregovorima.

2 — Ako se spor ne može riješiti u roku od šest (6) mjeseci od datuma podnošenja zahtjeva za rješavanjem, pogodeni ulagatelj može podnijeti spor na rješavanje:

- a) Nadležnom sudu ugovorne stranke na teritoriju koje je ulaganje izvršeno, koji će donijeti odluku; ili
- b) Međunarodnom centru za rješavanje investicijskih sporova (ICSID) radi pomirenja ili arbitraže, koji je osnovan po Konvenciji o rješavanju investicijskih sporova između država i državljana drugih država, otvorenoj za ratifikaciju u Washingtonu D. C. 18. ožujka 1965. godine.

3 — Ni jedna ugovorna stranka neće diplomatskim putem rješavati ni jedan predmet podnesen na arbitražu, sve dok postupak ne bude okončan i dok jedna ugovorna stranka ne odbije prihvatiti ili provesti presudu koju je donio nadležni sud ugovorne stranke na teritoriju koje je ulaganje izvršeno ili Međunarodni centar za rješavanje investicijskih sporova.

4 — Stranke su obvezne postupiti po presudi i na nju ne mogu dati priziv ni drugi pravni lijek osim kako je navedeno u predmetnoj Konvenciji. Presuda je prisilno provediva u skladu s nacionalnim pravom one Ugovorne stranke na čijem je teritoriju izvršeno ulaganje o kojem se vodi spor.

Članak 10.

Primjena drugih propisa

Ako zakonske odredbe jedne ugovorne stranke ili obveze prema međunarodnom pravu, koje su na snazi ili su stvorene naknadno između ugovornih stranaka pored ovog ugovora, sadrže odredbu — bilo opću ili pojedinačnu — kojom ulaganje ulagatelja druge ugovorne stranke stječe pravo na postupak koji je povoljniji od prava datog ovim ugovorom, takve odredbe će, u mjeri u kojoj su povoljnije, prevladati nad ovim ugovorom.

Članak 11.

Primjena ugovora

Ovaj ugovor primjenjivat će se na sva ulaganja ulagatelja jedne ugovorne stranke na ozemlju druge ugovorne stranke u skladu s odgovarajućim zakonskim odredbama, prije kao i nakon njegovog stupanja na snagu, ali se neće primjenjivati ni na kakav spor u sveži s ulaganjima, koji je nastao prije njegovog stupanja na snagu.

Članak 12.

Konzultacije

Predstavnici ugovornih stranaka konzultirat će se, po potrebi, o bilo kojem predmetu koji se tiče provedbe ovog ugovora. Te konzultacije će se održati na prijedlog jedne ugovorne stranke na mjestu i u vrijeme koje će se dogovoriti diplomatskim putem.

Članak 13.

Stupanje na snagu i trajanje

1 — Ovaj ugovor će stupiti na snagu trideset (30) dana nakon zadnje obavijesti diplomatskim putem jedne ugovorne stranke drugoj o ispunjenju svojim ustavom i zakonodavstvom predviđenih uvjeta za stupanje na snagu ovog Ugovora.

2 — Ovaj ugovor će ostati na snazi deset (10) godina, a i nakon tog razdoblja osim ako dvanaest (12) mjeseci prije isteka svakog slijedećeg petogodišnjeg razdoblja, jedna od ugovornih stranaka ne obavijesti pismenim putem drugu stranku o svojoj namjeri da otkáže ugovor.

3 — Glede ulaganja izvršenog prije datuma prestanka ovog ugovora odredbe članaka 1-12 ostaju na snazi još deset (10) godina od datuma prestanka ovog ugovora.

U potvrdu gornjeg, dolje potpisani predstavnici, pravomoćno za to ovlaštteni, potpisali su ovaj ugovor.

Napisano u . . . dana . . . u dva originalna primjerka na portugalskom, hrvatskom i engleskom jeziku, pri čemu su svi tekstovi jednako valjani. U slučaju bilo kakvog neslaganja u tumačenju, prevladat će engleski tekst.

Za Portugalsku Republiku:



Za Republiku Hrvatsku:



PROTOKOL

Prilikom potpisivanja ugovora između Portugalske Republike i Republike Hrvatske o poticanju i uzajamnoj zaštiti ulaganja u tu svrhu opunomoćeni potpisnici ugovorili su i slijedeće odredbe, koje čine sastavni dio navedenog ugovora.

1 — Pozivom na članak 2. ovog ugovora:

Odredbe članka 2. ovog ugovora primjenjuju se kad su ulagatelji jedne ugovorne stranke već konstituirani na ozemlju druge ugovorne stranke, a žele proširiti svoje djelatnosti ili obavljati svoje djelatnost u drugim sektorima.

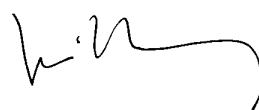
Takva će se ulaganja smatrati novima, te će se u tom smislu, vršiti u skladu s propisima o dopuštanju ulaganja prema članku 2. ovog ugovora.

2 — Prozivom na članak 3. ovog ugovora:

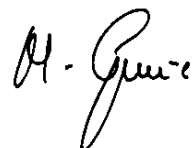
Ugovorne stranke smatraju da odredbe članka 3. ovog ugovora ne smiju ugroziti pravo bilo koje ugovorne stranke da primijeni odgovarajuće odredbe svog poreznog zakona koji pravi razliku između poreznih obveznika koji nisu u istom položaju glede njihovog mjesta boravka ili mjesta gdje je uložen njihov kapital.

Sastavljen u . . . dana . . . na portugalskom, hrvatskom i engleskom jeziku, pri čemu su svi tekstovi jednako valjani. U slučaju neslaganja u tumačenju, prevladat će engleski tekst.

Za Portugalsku Republiku:



Za Republiku Hrvatsku:



AGREEMENT BETWEEN THE PORTUGUESE REPUBLIC AND THE REPUBLIC OF CROATIA ON THE PROMOTION AND RECIPROCAL PROTECTION OF INVESTMENTS.

The Portuguese Republic and the Republic of Croatia, hereinafter referred to as the «Contracting Parties»:

Desiring to intensify the economic co-operation to the mutual benefit of both States;

Intending to create and maintain favourable conditions for investments made by investors of one Contracting Party in the territory of the other Contracting Party;

Recognizing the need to promote and protect foreign investments with the aim to foster the economic prosperity of both Contracting Parties;

have agreed as follows:

Article 1

Definitions

For the purpose of this Agreement,

1 — The term «investment» shall mean every kind of asset invested by investors of one Contracting Party in the territory of the other Contracting Party in accordance with the laws and regulations of the latter including, in particular, though not exclusively:

- a) Movable and immovable property as well as any other rights in rem, such as mortgages, liens, pledges and similar rights;
- b) Shares, stocks, debentures, or other forms of interest in the equity of companies and/or economic interests from the respective activity;
- c) Claims to money or to any performance under having an economic value;
- d) Intellectual property rights such as copyrights, patents, utility models, industrial designs or models, trade or service marks, trade names, trade and business secrets, technical processes, know-how and good will;
- e) Concessions conferred by law under a contract or an administrative act of a competent state authority, including concessions for prospecting, research and exploitation of natural resources.

Any alteration of the form in which assets are invested shall not affect their character as investments, provided that such a change does not contradict the laws and regulations of the relevant Contracting Party.

2 — The term «investor» means:

- a) Natural persons having the nationality of either Contracting Party, in accordance with its laws; and
- b) Legal persons, including corporations, commercial companies or other companies or associations, which have a main office in the territory of either Contracting Party and are incorporated or constituted in accordance with the law of that Contracting Party.

3 — The term «return» shall mean the amounts yielded by investments, over a given period, in particular, though not exclusively, shall include profits, dividends, interests, royalties or other forms of income related to the investments including technical assistance fees.

In cases where the returns of investment, as defined above, are reinvested, the income resulting from the reinvestment shall also be considered as income related to the first investments.

4 — The term «territory» means the territory of either of the Contracting Parties, as well as those maritime areas, including the seabed and subsoil adjacent to the outer limit of the territorial sea of the above territory, over which the Contracting Party concerned exercises, in accordance with international law, sovereignty, sovereign rights or jurisdiction.

Article 2

Promotion and protection of investments

1 — Each Contracting Party shall promote and encourage, as far as possible, within its territory investments made by investors of the other Contracting Party and shall admit such investments into its territory in accordance with its laws and regulations. It shall in any case accord such investments fair and equitable treatment.

2 — Investments made by investors of either Contracting Party shall enjoy full protection and security in the territory of the other Contracting Party.

3 — When a Contracting Party shall have admitted an investment in its territory, it shall grant in accordance with its laws and regulations the necessary permits in connection with such an investment and with the carrying out of licencing agreements and contracts for technical, commercial or administrative assistance. Each Contracting Party shall, whenever needed, endeavour to issue the necessary authorizations concerning the activities of consultants and other qualified personnel with the nationality of third States.

4 — Neither Contracting Party shall in any way impair by unreasonable arbitrary or discriminatory measures the management, use, enjoyment or disposal of investments in its territory of investors of the other Contracting Party.

Article 3

National and most favoured nation treatment

1 — Investments made by investors of one Contracting Party in the territory of the other Contracting Party, as also the returns therefrom, shall be accorded treatment which is fair and equitable and not less favourable than the latter Contracting Party accords to the investments and returns of its own investors or to investors of any third State.

2 — Investors of one Contracting Party shall be accorded by the other Contracting Party, as regards the management, maintenance, use, enjoyment or disposal of their investments, treatment which is fair and equitable and not less favourable than the latter Contracting Party accords its own investors or to investors of any third State.

3 — The provisions of this article shall not be construed so as to oblige one Contracting Party to extend to the investors of the other Contracting Party the benefit of any treatment, preference or privilege which may be extended by the former Contracting Party by virtue of:

- a) Any existing or future free trade area, customs union, common market or other similar international agreements including other forms of regional economic cooperation to which either of the Contracting Parties is or may become a Party, and
- b) Any international agreement relating wholly or mainly to taxation.

Article 4

Expropriation

1 — Investments made by investors of either Contracting Party in the territory of the other Contracting Party shall not be expropriated, nationalised or subject to any other measure with effects equivalent to expro-

priation or nationalisation (hereinafter referred to as expropriation) unless the measures are taken in the public interest, on a non-discriminatory basis and under one process of law and provided that provisions be made for effective adequate and prompt compensation.

2 — Such compensation shall amount to the market value of the expropriated investments immediately before the expropriation became publicly known. The amount of compensation shall be settled in a convertible and freely transferable currency and paid without delay, in a maximum period of three months, counted from the day of the submission of the relevant request and shall include the usual commercial interest from the date of expropriation to the date of payment and shall have been made in an appropriate manner.

3 — The investor whose investments are expropriated, shall have the right under the law of expropriating Contracting Party the prompt review by a judicial or other competent authority of that Contracting Party of his or its case and of valuation of his or its investments in accordance with the principles set out in this article.

Article 5

Compensation for losses

Investors of either Contracting Party whose investments suffer losses in the territory of the other Contracting Party owing to war or armed conflict, a state of national emergency or other events considered as such by international law, shall be accorded treatment no less favourable by the latter Contracting Party than that Contracting Party accords to the investments of its own investors, or to the investments of investors of any third State, whichever is more favourable, as regards restitution, indemnification, compensation or other valuable consideration. Any payment made under this article shall be, without delay, freely transferable in convertible currency.

Article 6

Transfers

1 — Pursuant to its own legislation, each Contracting Party shall guarantee investors of the other Contracting Party the free transfer of sums related to their investments, in particular, though not exclusively:

- a) Capital and additional amounts necessary to maintain or increase the investments;
- b) The returns defined in paragraph 2, article 1 of this Agreement;
- c) Funds in service, repayment and amortisation of loans, recognized by both Contracting Parties to be an investment;
- d) The proceeds obtained from the total or partial sale or liquidation of the investment;
- e) Any compensation or other payment referred to in articles 4 and 5 of this Agreement;
- f) Any preliminary payments that may be made in the name of the investor in accordance with article 7 of this Agreement; or
- g) The earnings of nationals of one of the Contracting Parties who are allowed to work in connection with an investment in the territory of the other Contracting Party.

2 — The transfers referred to in this article shall be made without restriction or delay at the prevailing exchange rate applicable on the date of the transfer in convertible currency.

Article 7

Subrogation

If either Contracting Party or its designated agency makes any payment to one of its investors as a result of a guarantee in respect of an investment made in the territory of the other Contracting Party, the former Contracting Party shall be subrogated to the rights and shares of this investor as well as the obligations, and may exercise them according to the same terms and conditions as the original holder.

Article 8

Settlement of disputes between the Contracting Parties

1 — Disputes between the Contracting Parties concerning the interpretation and application of this Agreement should, as far as possible, be settled by negotiations through diplomatic channels.

2 — If the Contracting Parties fail to reach such settlement within six months after the beginning of negotiations, the dispute shall, upon the request of either Contracting Party, be submitted to an arbitral tribunal, in accordance with the provisions of this article.

3 — The arbitral tribunal shall be constituted ad hoc, as follows: each of the Contracting Parties shall appoint one member and these two members shall propose a national of a third State as chairman to be appointed by the two Contracting Parties. The members shall be appointed within two months and the chairman shall be appointed within three months from the date on which either Contracting Party notifies the other Contracting Party that it wishes to submit the dispute to an arbitral tribunal.

4 — If the deadlines specified in paragraph 3 of this article are not complied with, either Contracting Party may, in the absence of any other agreement, invite the President of the International Court of Justice to make the necessary appointments. If the President is prevented from doing so, or is a national of either Contracting Party, the Vice-President shall be invited to make the necessary appointments.

If the Vice-President is also a national of either Contracting Party or if he is prevented from making the appointments for any other reason, the appointments shall be made by the member of the Court who is next in seniority and who is not a national of either Contracting Party.

5 — The chairman of the arbitral tribunal shall be a national of a third State with which both Contracting Parties maintain diplomatic relations.

6 — The arbitral tribunal shall rule according to majority vote. The decisions of the tribunal shall be final and binding on both Contracting Parties. Each Contracting Party shall be responsible for the costs of its own member and of its representatives at the arbitral proceedings. Both Contracting Parties shall assume an equal share of the expenses incurred by the chairman,

as well as any other expenses. The tribunal may make a different decision regarding costs. In all other respects, the tribunal court shall define its own rules of procedure.

Article 9

Settlement of disputes between a Contracting Party and an investor of the other Contracting Party

1 — Any dispute which may arise between one Contracting Party and an investor of the other Contracting Party concerning an investment of that investor in the territory of the former Contracting Party shall be settled amicably through negotiations.

2 — If such dispute cannot be settled within a period of six months from the date of request for settlement, the investor concerned may submit the dispute to:

- a) The competent court of the Contracting Party in which territory the investment was made for decision; or
- b) The International Center for the Settlement of Investments Disputes (ICSID) through conciliation or arbitration, established under the Convention on the Settlement of Investments Disputes between States and Nationals of other States, opened for signature in Washington D. C., on March 18, 1965.

3 — Neither Contracting Party shall pursue through diplomatic channels any matter referred to arbitration until the proceedings have terminated and a Contracting Party has failed to abide by or to comply with the award rendered by the competent court of the Contracting Party in which territory the investment was made or by the International Center for the Settlement of Investments Disputes.

4 — The award shall be enforceable on the parties and shall not be subject to any appeal or remedy other than that provided for in the said Convention. The award shall be enforceable in accordance with the domestic law of the Contracting Party in whose territory the investment in question is situated.

Article 10

Application of other rules

If the provisions of law of either Contracting Party or obligations under international law existing at present or established hereafter between the Contracting Parties in addition to this Agreement contain a regulation, whether general or specific, entitling investments made by investors of the other Contracting Party to a treatment more favourable than is provided for by this Agreement, such provisions shall, to the extent that they are more favourable, prevail over this Agreement.

Article 11

Application of the Agreement

This Agreement shall apply to all investments, made by investors from one of the Contracting Parties in the territory of the other Contracting Party in accordance with the respective legal provisions, prior to as well as after its entry into force, but shall not apply to any dispute concerning investments which has arisen before its entry into force.

Article 12

Consultations

Representatives of the Contracting Parties shall, whenever necessary, hold consultations on any matter affecting the implementation of this Agreement. These consultations shall be held on the proposal of one of the Contracting Parties at a place and a time to be agreed upon through diplomatic channels.

Article 13

Entry into force and duration

1 — This Agreement shall enter into force thirty days after the latter date on which either Contracting Party notifies the other Contracting Party that its internal constitutional and legal requirements for the entry into force of this Agreement have been fulfilled.

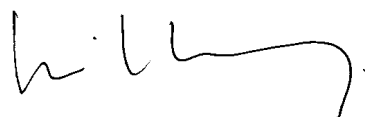
2 — This Agreement shall remain in force for a period of ten years and shall continue in force thereafter unless, twelve months before its expiration or any subsequent five-year period, either Contracting Party notifies the other in writing of its intention to terminate the Agreement.

3 — In respect of investments made prior to the date of termination of this Agreement the provisions of articles 1 to 12 shall remain in force for a further period of ten years from the date of termination of this Agreement.

In witness whereof, the undersigned representatives, duly authorized thereto, have signed the present Agreement.

Done in Lisbon this 10 day of May 1995 in two originals in Portuguese, Croatian and English languages, all texts being equally authentic. In case of any divergence of interpretation, the English text shall prevail.

For the Portuguese Republic:



For the Republic of Croatia:



PROTOCOL

On the occasion of the signing of the Agreement between the Portuguese Republic and the Republic of Croatia on the Promotion and Reciprocal Protection of the Investments, the undersigned duly authorized to this effect, have agreed also on the following provisions, which constitute an integral part of the said Agreement:

1 — With reference to article 2 of this Agreement:

The provisions of article 2 of this Agreement should be applicable when investors of one of the Contracting

Parties are already established in the territory of the other Contracting Party and wish to extend their activities or to carry out activities in other sectors.

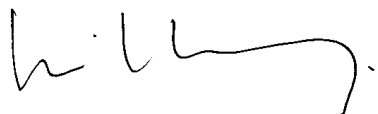
Such investments shall be considered as new ones and, to that extent, shall be made in accordance with the rules on the admission of investments, according to article 2 of this Agreement.

2 — With reference to article 3 of this Agreement:

The Contracting Parties consider that provisions of article 3 of this Agreement shall be without prejudice to the right of either Contracting Party to apply the relevant provisions of their tax law which distinguish between tax-payers who are not in the same situation with regard to their place of residence or with regard to the place where their capital is invested.

Done in Lisbon this 10 day of May 1995 in two originals in the Portuguese, Croatian and English languages, all texts being equally authentic. In case of any divergence of interpretation, the English text shall prevail.

For the Portuguese Republic:



For the Republic of Croatia:



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Aviso n.º 177/97

Por ordem superior se torna público que, por nota de 18 de Fevereiro de 1997 e agindo na sua qualidade de depositário da Convenção de Viena sobre Relações Consulares, concluída em Viena em 24 de Abril de 1963, o Secretário-Geral das Nações Unidas comunicou terem os Governos de Myanmar e da Eritreia depositado os seus instrumentos de adesão à mencionada Convenção em 2 e 14 de Janeiro de 1997, respectivamente.

O instrumento de adesão pelo Governo de Myanmar era acompanhado pelas seguintes reservas e declaração:

«Reservations on article 35, paragraph 1, and article 58, paragraphs 1 and 2, of the Vienna Convention on Consular Relations, 1963

With regard to article 35, paragraph 1, and article 58, paragraph 1, concerning the freedom of communication, the Government of the Union of Myanmar shall not accord to consular posts headed by honorary consular officers the right to employ diplomatic or consular couriers and diplomatic or consular bags, or to governments, diplomatic missions and other posts the right to employ these means in communicating with consular posts headed by honorary consular officers, except to the extent that the Union of Myanmar may have consented thereto in particular cases.

Furthermore, with regard to facilities, privileges and immunities as provided by article 58, paragraph 2, the Government of the Union of Myanmar shall not accord exemption from registration of aliens and residence permits to consular posts headed by honorary consular officers.

Declaration on article 62 of the Vienna Convention on Consular Relations, 1963

With regard to article 62, the Government of the Union of Myanmar shall not accord to consular posts headed by honorary consular officers exemption from customs duties and taxes on articles for their official use except to the extent that the Union of Myanmar may have consented thereto on the merits of each case.»

Tradução

«Reservas ao artigo 35.º, parágrafo 1, e artigo 58.º, parágrafos 1 e 2, da Convenção de Viena sobre Relações Consulares, 1963

Relativamente ao artigo 35.º, parágrafo 1, e ao artigo 58.º, parágrafo 1, respeitante à liberdade de comunicação, o Governo da União de Myanmar não concederá aos postos consulares chefiados por funcionários consulares honorários o direito de empregar correios diplomáticos ou consulares e malas diplomáticas ou consulares, nem aos governos, missões diplomáticas ou outros postos consulares o direito de empregar estes meios para comunicar com postos consulares chefiados por funcionários consulares honorários, excepto na medida em que a União de Myanmar tenha consentido em tal em casos particulares.

Além disso, relativamente a facilidades, privilégios e imunidades tal como previstos no artigo 58.º, parágrafo 2, o Governo da União de Myanmar não concederá isenção de registo de estrangeiros e autorizações de residência aos postos consulares chefiados por funcionários consulares honorários.

Declaração nos termos do artigo 62.º da Convenção de Viena sobre Relações Consulares, 1963

Relativamente ao artigo 62.º, o Governo da União de Myanmar não concederá aos postos consulares chefiados por funcionários consulares honorários isenção de direitos aduaneiros e impostos sobre artigos para seu uso oficial, excepto na medida em que a União de Myanmar tenha consentido em tal, relativamente a cada caso.»

Nos termos do artigo 77.º, parágrafo 2, a Convenção entrou em vigor para ambos os Estados no 30.º dia posterior à data do depósito do instrumento, isto é, para Myanmar, em 1 de Fevereiro de 1997, e, para a Eritreia, em 13 de Fevereiro de 1997.

Portugal é parte na mesma Convenção, a qual foi aprovada para adesão pelo Decreto-Lei n.º 183/72, de 30 de Maio, tendo depositado o seu instrumento de adesão em 13 de Setembro de 1972, conforme aviso publicado no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 234, de 7 de Outubro de 1972, tendo a Convenção entrado em vigor para Portugal em 13 de Outubro de 1972.

Departamento de Assuntos Jurídicos, 19 de Maio de 1997. — O Director, *José Maria Teixeira Leite Martins*.